



# Linguagem de adolescentes sob medidas socioeducativas em meio aberto

## The language of adolescents on socio-educational context

## Lenguaje de adolescentes bajo medidas socioeducativas en medio abierto

*Isabela Barros Gonçalves Alencar\**

*Caroline Lopes Barbosa\**

*Luiz Augusto de Paula Souza\**

### **Resumo**

O objetivo desta pesquisa foi levantar aspectos da linguagem, sobretudo dos discursos de adolescentes sob medida socioeducativa em meio aberto para problematizar noções patologizantes e/ou de desqualificação social advindas de eventuais singularidades do repertório e das formas de enunciação desses sujeitos. Foi realizada no CEDECA-Madalena. Os sujeitos foram nove adolescentes que cumprem medidas na instituição, com idades entre 15 e 18 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de três estratégias complementares: a) entrevistas semiestruturadas com os adolescentes; b) aplicação do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) com os adolescentes; c) entrevista aberta com os funcionários. Os resultados apontaram para aspectos peculiares na linguagem e no discurso dos adolescentes, em acordo com suas condições de vida e de sociabilidades. Os resultados do MEEM não apontaram indícios de distúrbios de linguagem nos sujeitos da pesquisa, com exceção de um adolescente, que teve pontuação levemente abaixo de seu grau de escolaridade, mas sem alteração discursiva. Os adolescentes foram críticos em relação aos seus modos de falar, atribuindo valor negativo ao uso de gírias e de metalinguagem própria aos grupos de convívio (inclusive na marginalidade), como se esses usos da linguagem fossem inferiores e, por isso, os impedisse de transitar em outras esferas sociais. Pôde-se concluir que adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto podem apresentar autoimagem rebaixada em

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

#### **Contribuição dos autores:**

IBGA: concepção do estudo; metodologia; coleta de dados; esboço do artigo; revisão crítica;

CLB: esboço do artigo; revisão crítica;

LAPS: concepção do estudo, metodologia; esboço do artigo; revisão crítica; orientação.

**E-mail para correspondência:** Isabela Barros Gonçalves Alencar - [isabelabg90@gmail.com](mailto:isabelabg90@gmail.com)

**Recebido:** 09/12/2016

**Aprovado:** 01/09/2017



relação aos seus modos de falar e/ou escrever, referindo-se a eles como não aceitáveis na sociedade em geral, o que geraria empecilhos à circulação e à inserção social mais ampla.

**Palavras-chave:** Estudos de linguagem; Adolescente; Delinquência juvenil; Medidas socioeducativas em meio aberto.

### **Abstract**

The purpose of this research was to raise aspects of language, especially adolescent speeches under socioeducational actions in an open environment to problematize pathological notions and/or social disqualification arising from eventual singularities of the repertoire and the enunciation forms of these people. It was held at CEDECA-Madalena. The people were nine adolescents who comply with measures in the institution, aged between 15 and 18 years. Data collection was performed through three complementary strategies: a) semi-structured interviews with adolescents; B) application of the Mini Mental State Examination (MMSE) with adolescents; C) an open interview with employees. The results pointed to peculiar aspects of adolescents' language and speech, according to their living conditions and sociability. The results of the MMSE did not show signs of language disorders in that group of research, with exception of one adolescent, who scored slightly below his educational level, but without discursive alteration. Adolescents were critical of their ways of speaking, assigning negative value to the use of slang and metalanguage proper to social groups (including marginality), as if these uses of language were inferior and, therefore, have forbidden them from moving in other social spheres. It could be concluded that adolescents in compliance with socio-educational actions in the open environment may present low self-image in relation to their ways of speaking and/or writing, referring to them as not acceptable in society in general, which would generate obstacles to the circulation and social integration.

**Keywords:** Language arts; Adolescent; Juvenile delinquency; Socio-educational context.

### **Resumen**

El objetivo de la investigación fue levantar aspectos del lenguaje, sobretodo de los discursos de adolescentes bajo medida socioeducativa en medio abierto para problematizar nociones patologizantes y/o de descalificación social advenidas de eventuales singularidades del repertorio y de las formas de enunciación de esos sujetos. Fue realizada en el CEDECA-Madalena. Los sujetos fueron nueve adolescentes que cumplen medidas en la institución, con edades entre 15 y 18 años. La colecta de datos fue realizada por medio de tres estrategias complementarias: a) entrevistas semiestructuradas con los adolescentes; b) aplicación del Mini Exámen del Estado Mental (MEEM) c) entrevista abierta con los funcionários. Los resultados apuntan para aspectos peculiares en el lenguaje y en el discurso de los adolescentes, en acuerdo con sus condiciones de vida y de sociabilidad. Los resultados del MEEM no apuntaron indicios de desorden del lenguaje en los sujetos de la investigación, con excepción de uno, que tuvo puntuación levemente abajo de su grado de escolaridad, pero sin alteración discursiva. Los adolescentes fueron críticos con relación a su modo de hablar, atribuyendo valor negativo al uso de jergas y de metalenguaje propio a los grupos de convivencia (incluso en la marginalidad), como si esos usos del lenguaje fuesen inferiores y, por eso, les impidiese de transitar en otras esferas sociales. Puede concluirse que adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas en medio abierto pueden presentar auto imagen rebajada a respecto de sus modos de hablar y/o escribir, refiriéndose a ellos como no aceptables en la sociedad en general y que generarian impedimentos en la circulación y inserción social más amplia.

**Palabras clave:** Estudios del Lenguaje; Adolescente; Delincuencia juvenil; medida socioeducativa en medio abierto.

## Introdução

O relato a seguir fez parte de uma pesquisa<sup>1</sup> sobre jovens brasileiros com passagens pela “vida do crime”. O adolescente em questão foi entrevistado em 2002, aos 15 anos de idade. Trata-se de um episódio no qual um traficante foi preso como resultado da acusação de um delator. Quando o traficante descobriu quem foi o autor da denúncia, o assassinou. Para livrar-se do corpo, pediu ao tal jovem de 15 anos que o esquiteasse. Dado o contexto, segue o relato:

Aí, ele mandou eu picotar o Neto todinho. Eu não soube picotar um braço [...] arranquei as duas pernas e o outro menorzinho que estava comigo arrancou a cabeça. Aí, nós botamos dentro das bolsas e jogamos lá atrás do mato. Foi só isso, só dessa vez que eu fiz uma coisa errada. Depois nunca mais, graças a Deus! Pode perguntar a quem quiser do meu proceder. Eu sou puro, sou legal, eu não tinha necessidade de ficar na vida do crime. Eu queria o amor de uma tia, de uma mãe, isso que eu nunca tive, o amor de uma família, que quando eu precisasse para **conversar**, ela estivesse lá, viesse **conversar** comigo. Mas, eu nunca tive. Se eu tivesse uma família para **conversar**, eu não estaria nessa vida não, não estaria não. Desculpa aí, eu não queria chorar não, não filma eu chorando, não, filma não. (p. 134-9)<sup>1</sup> [grifos dos autores]

A fala do jovem faz uma revelação para além da barbárie: desejo de interlocução, de conversa saudável e estruturante, como uma espécie de possível antídoto ao crime. Escolhemos esse relato para iniciar a reflexão a respeito da linguagem oral de adolescentes em conflito com a lei. Isso porque é pertinente falar de linguagem a partir da alteridade, da relação ao outro, como constituinte de nossa condição de sujeito; condição que se opera **na** e **pela** linguagem. Sem qualquer requinte conceitual, o mencionado adolescente parecia saber disso.

Em um estudo de revisão científica de periódicos brasileiros entre o período de 2002 a 2012, a propósito da temática da atenção à saúde de adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, demonstrou que parte das pesquisas<sup>2,3,4,5</sup> aborda a violência dos adolescentes valendo-se de argumentos patologizantes e medicalizadores. Há autores<sup>6</sup> que refutam tais premissas e a consequente uniformização de condutas que advém desse pressuposto: o tratamento de doenças não existentes e a medicalização social e psíquica que, segundo

eles, servem mais à indústria da doença do que à saúde das pessoas<sup>6</sup>.

O que se quer aqui é justamente isso: desnaturalizar e problematizar rótulos patologizantes e criminalizadores atribuídos aos adolescentes sob medidas socioeducativas, em questões e percepções que, direta ou indiretamente, envolvem a comunicação oral e as posições e condutas, digamos assim, subjetivo-discursivas desses sujeitos.

Por conta disso, a linguagem será pensada em função de sua condição discursiva e interdiscursiva<sup>7</sup>, extraído da concepção de linguagem de Bakhtin como um operador conceitual para a análise, destacando o *conteúdo da fala* dos adolescentes estudados e *como* esses conteúdos se relacionam com os modos e as condições concretas de vida, para além de eventuais limitações em termos de repertório linguístico formal; limitações ligadas às dificuldades de acesso a bens culturais e educacionais, em função de situações de vulnerabilidade e de precariedade social.<sup>8</sup>

No caso em questão, pretende-se colocar em análise a percepção, sobre sua própria linguagem, de um grupo de adolescentes em liberdade assistida e sob medida socioeducativa em um Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) da cidade de São Paulo.

Estudos<sup>9,10</sup> que correlacionam atos infracionais com dificuldades escolares, cognitivas e de linguagem em crianças e adolescentes, sinalizam que é possível associar o comportamento do delinquente com alguma dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem. No caso, a dificuldade de ler e escrever poderia isolar ou estigmatizar alunos que, às vezes, procuram superar suas limitações linguísticas com comportamentos agressivos, rebeldes ou violentos<sup>8</sup>.

Do nosso ponto de vista, a observação de situações como as mencionadas acima não é incomum, o problema parece estar em sua mera individualização e patologização, como se fossem causas suficientes das condições em que se encontram os adolescentes em conflito com a lei. Ao atribuir eventuais dificuldades escolares, cognitivas e de linguagem aos adolescentes e a seus comportamentos pessoais, opera-se um reducionismo: retira-se da problemática as condicionantes sociais envolvidas em sua produção e manutenção.

Além disso, tal tendência corrobora a chamada medicalização da saúde e dos comportamentos individuais. Autores<sup>11</sup> discutem como o processo

de psiquiatrização e medicalização, que ocorre principalmente na interface com os sistemas de justiça, classifica como doentes crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, consequência de uma visão que reduz os sujeitos a organismos, desconsiderando os múltiplos fatores que constituem uma pessoa.

Embora a noção de medicalização suscite controvérsias e tenha uma série de implicações, perspectivas e desdobramentos em estudos sociológicos<sup>12,13,14</sup> e de saúde pública<sup>15</sup>, queremos apenas demarcar a medicalização como aquilo que descreve um processo pelo qual problemas não médicos ou de saúde passam a ser definidos e tratados como tais e, nessa condição, frequentemente transformados em doenças ou transtornos<sup>16</sup>.

Se for assim, e sem negligenciar eventuais problemas individuais efetivos, a nosso ver, a perspectiva precisa ser outra: os contextos e os fenômenos sociais não são lineares, nem respondem a um único fator causal, ao contrário, são multicausais, são complexos e engendrados processualmente. Só podem ser minimamente compreendidos na trama de elementos e dimensões que o compõem: histórias de vida, contextos sociais (familiares, escolares, de vizinhança, de trabalho, etc.) e condições materiais e subjetivas que contornam a vida dos adolescentes em conflito com a lei<sup>17</sup>.

Nos bairros periféricos, os adolescentes têm que lidar com a ausência de oportunidades reais, com a falta de políticas públicas que poderiam favorecê-los, direcionando-os ao estudo, aos esportes, ao lazer, à profissionalização e à cultura<sup>18</sup>. A imagem do jovem negro e pobre é um exemplo emblemático; ele é visto, com frequência, como “marginal” e “perigoso” nos meios de comunicação de massa, o que fortalece o estigma e relaciona pobreza e etnia à criminalidade<sup>19</sup>.

Contrariamente a essa percepção, vários movimentos sociais das periferias urbanas, como o hip-hop, os saraus, o movimento negro e dos trabalhadores sem teto, entre outros, desenvolvem ações e coletivos que favorecem a reflexão sobre questões sociais, políticas e culturais, criando uma cultura cidadã e criativa. Nesses movimentos, os jovens são protagonistas e reiteram a tese de que a vulnerabilidade social não é causa, nem sinônimo de distorção moral.<sup>20</sup>

Os modos de falar e de escrever desses jovens – com gírias, enunciados e, às vezes, sintaxe peculiares – não devem ser entendidos como “erros”

em face das convenções da língua, mesmo que existam as restrições de domínio da “norma culta”, facilmente explicadas em função de limitações de acesso e de permanência no sistema educacional. É preciso perceber também que os supostos “erros” desses jovens (nas atividades escolares, nas conversas, na música, nos grafites, nas tatuagens, etc.) são, às vezes, atos de transgressão e de resistência ao *status quo* e às formas de opressão que, historicamente, recaem sobre eles<sup>21,22,23</sup>.

Quanto ao discurso de jovens em conflito com a lei que fazem parte desta população marginalizada, Destro e Souza<sup>8</sup> compreendem o comportamento infracional como discurso, que:

tenta constituir formas de afirmação pessoal e grupal do adolescente infrator, para se fazer ouvir e para ser incluído. Mais do que isso, o comportamento infracional é também discurso na medida em que o outro pede ajuda em face do desespero e das situações pessoais e sociais que fogem ao seu controle (p. 1026).

No entanto, se parte da juventude pobre e periférica consegue estetizar a discriminação e o preconceito, tornando-os como matéria prima da organização, da luta e da emancipação social e política, uma parcela das crianças e dos jovens em situação de vulnerabilidade social fica susceptível à cooptação por vários tipos de violência e criminalidade: prostituição infantil, tráfico de drogas, etc.<sup>20</sup>.

Pelo lado de nossa pesquisa, a intenção é, ainda que modestamente, contribuir para problematizar a ideia de que adolescentes em liberdade assistida, por terem cometido atos infracionais, podem ter dificuldades ou transtornos de linguagem oral e/ou escrita, e que estes, em alguma medida, se encontram entre as causas que determinam as infrações.

A partir da hipótese de que, na eventualidade de dificuldades ou transtornos de linguagem, não há relação necessária entre eles e o cometimento de atos infracionais pelos adolescentes que participaram do estudo. A pesquisa foi estruturada e desenvolvida para testar nossa hipótese, e, assim, entrevistamos adolescentes em liberdade assistida e realizamos um rastreamento de suas condições cognitivas e de linguagem, verificando se havia algum sinal de perturbação individual em tais domínios e, se houvesse, observar se determinados aspectos cognitivos e funcionais no uso da língua interfeririam ou não nas condições de compreensão

e produção enunciativa/discursiva dos sujeitos da pesquisa.

Ainda que, às vezes, em diálogo com concepções advindas de perspectivas linguísticas, o estudo da linguagem como faculdade ou capacidade humana de produção de sentido, de subjetividade e de modos de existência (pessoal e social) encontra acolhida em certas escolas filosóficas, psicanalíticas, psicológicas e antropológicas. Não seria o caso recensear essas correntes aqui, a opção foi tomar apenas uma dessas possibilidades que, de resto, inspira ou dialoga com várias outras.

Trata-se de uma formulação de Bakhtin<sup>7</sup>, filósofo da linguagem, para quem o signo terá tantas significações quantas forem as situações concretas e historicamente determinadas em que for usado pelos indivíduos.

Em outras palavras, em Bakhtin<sup>7</sup>, os signos devem ser pensados a partir dos enunciados, que são singulares, irrepetíveis e cuja composição produz os discursos. É no plano enunciativo/discursivo que o estudo do funcionamento humano na linguagem torna-se possível. O modelo teórico e convencional da língua é, de fato, muito diferente de seus usos (na fala e na escrita) por sujeitos concretos em contextos variáveis e processuais da vida, nos quais sentidos são criados e/ou variam no tempo e em função das muitas situações em que são colocados em jogo nas interações comunicativas.

Essas rápidas considerações teóricas acerca da linguagem dão ensejo para uma distinção que, em nossa pesquisa, foi relevante. A rigor, o trabalho fonoaudiológico incide nas duas esferas aqui mencionadas: nas condições discursivas e interdiscursivas. A escuta e interpretação de aspectos sociais e (inter)subjetivos, que incidem e/ou derivam da produção enunciativa/discursiva, são fatores decisivos à clínica fonoaudiológica da linguagem, uma vez que é por meio delas que se torna possível construir estratégias de elaboração e circulação discursiva junto com os sujeitos que recorrem aos cuidados fonoaudiológicos.

Posto isso, o objetivo deste estudo foi levantar aspectos da linguagem de adolescentes sob medidas socioeducativas em meio aberto, buscando problematizar ideias patologizantes e/ou de desqualificação social advindas de eventuais singularidades do repertório e das formas de enunciação desses sujeitos.

## Método

A pesquisa foi realizada em um Centro de Defesa da Criança e do Adolescentes - CEDECA, localizado no bairro Vila Madalena da cidade de São Paulo, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o número: 1.409.953 da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A investigação tem caráter qualitativo, com *design* de estudo de caso.

Os critérios de seleção dos adolescentes para a pesquisa foram os seguintes: - estar em cumprimento de medida socioeducativa na instituição e concordar em participar do estudo (resultando, portanto, na assinatura dos Termos de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido pelos adolescentes maiores de 18 e pelos responsáveis para os menores de idade). Foram respeitados rigorosamente todos os requisitos éticos da pesquisa com seres humanos.

A casuística dos adolescentes para o estudo foi obtida por estratégia de saturação, isto é, realizaram-se entrevistas com os frequentadores da instituição até que não houvesse variação significativa nas respostas. Nas atividades acompanhadas pela pesquisadora, existiam 51 adolescentes entre 12 e 18 anos de idade. A partir da 9ª entrevista não houve variação significativa nas respostas pelos adolescentes. Em função disso, foram selecionados nove adolescentes no total (as nove primeiras entrevistas). As idades dos adolescentes selecionados para casuística variaram entre 15 e 18 anos.

A coleta de dados foi realizada por meio de duas estratégias complementares:

- a) realização de entrevistas semiestruturadas, de acordo com roteiro previamente definido, a saber: i) memórias e situações marcantes em vivências familiares, escolares, na instituição e nas ruas; ii) interlocutores mais frequentes e assuntos sobre os quais conversam; iii) eventuais dificuldades nas relações comunicativas com parceiros da mesma idade ou mais velhos; iv) como se veem e como pensam ser vistos por familiares, educadores, amigos e sociedade em geral; v) expectativas escolares, profissionais e em relação ao futuro.
- b) aplicação do Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) para aferir eventual presença de sinais de transtornos de linguagem e/ou cognição. A aplicação do MEEM foi utilizada com os ado-

lescentes logo após as respectivas entrevistas. O MEEM é um instrumento de rastreamento de sintomas e/ou sinais de eventuais alterações cognitivas e de linguagem, projetado para ser uma avaliação clínica prática de mudança do estado cognitivo em pacientes adultos alfabetizados. Atualmente é largamente empregado para garantir cientificidade às pesquisas, embora estudos de natureza discursiva e de análise qualitativa, como o aqui apresentado, poderiam ser desenvolvidos sem usá-lo.

## Resultados

Os resultados do MEEM serão apresentados a seguir, já os resultados dos depoimentos dos adolescentes durante as entrevistas estarão contidos no item de discussão, uma vez que seus enunciados qualificam e atribuem sentidos concretos às referências conceituais com as quais trabalhamos na testagem de nossa hipótese de pesquisa e na análise empreendida durante a discussão e a conclusão do texto.

**Quadro 1.** Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)

	Adolescentes									Pontuação máxima
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Orientação <sup>1</sup>	9	9	7	7	8	7	7	7	9	10
Memória <sup>2</sup>	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3
Atenção e Cálculo <sup>3</sup>	5	5	2	0	5	4	5	5	0	5
Evocação <sup>4</sup>	3	1	3	0	0	3	2	3	3	5
Linguagem, Nomeação, Repetição e Comando verbal <sup>5</sup>	8	7	7	5	7	6	7	8	8	8
Habilidade Construtiva <sup>6</sup>	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1
Pontuação Total	29	25	23	14	24	24	24	27	24	

### Legenda:

<sup>1</sup> Avaliar a memória recente, a atenção e a orientação tempo-espacial.

<sup>2</sup> Avaliar a atenção e a memória imediata.

<sup>3</sup> Avaliar a capacidade de cálculo, a atenção e a memória imediata e operacional.

<sup>4</sup> Avaliar a memória recente (secundária).

<sup>5</sup> Avaliar a fala espontânea; compreensão oral; repetição e nomeação.

<sup>6</sup> Avaliar a orientação viso-espacial.

Considera-se com alteração cognitiva: Analfabetos ≤ 15 pontos; 1 a 11 anos de escolaridade ≤ 22 pontos; com escolaridade superior a 11 anos ≤ 27 pontos

## Discussão

Os dados do MEEM com os adolescentes da pesquisa mostram que não há indícios de alterações cognitivas ou de linguagem. Apesar de um adolescente (4) atingir uma pontuação levemente abaixo do esperado para seu grau de escolaridade, as conversas e a entrevista realizadas com ele não sugerem qualquer tipo de transtorno, mas um processo escolar conturbado, com consequente baixo desempenho educacional. A rigor, não houve nenhum aspecto que chamasse atenção para eventuais transtornos de linguagem oral em qualquer dos participantes da pesquisa, tanto na compreensão quanto na emissão dos enunciados. Posto isso, não foi necessário realizar avaliação fonoaudio-

lógica e eventuais encaminhamentos clínicos aos pesquisados.

Nos depoimentos dos adolescentes vários “outros-institucionais” (família, escola, Fundação Casa e área da Saúde) estão fortemente presentes, por isso é possível indagar: quais sentidos “tais instituições” ocupam em seus discursos.

A família, como a primeira Instituição na qual o sujeito se vincula, é extremamente importante na constituição da subjetividade. Falando especificamente das famílias de adolescentes em liberdade assistida, estudos apontam para indícios de dinâmicas familiares que, potencialmente, podem favorecer o envolvimento com o mundo do crime, por exemplo: genitores têm pouca ou nenhuma participação na vida do filho e/ou são muito instáveis nos cuidados aos seus filhos, principalmente na infância; geni-

tores e/ou parentes próximos que cometem ações infracionais recorrentes; menor noção de direitos e deveres no ambiente familiar; falta de planejamento para o futuro; punições severas e abusos físicos por parte dos genitores<sup>24,25</sup>.

Nos discursos dos adolescentes, é evidente o quanto o vínculo familiar é importante:

*“Família pra mim é tudo. Se tiver com algum problema, pode conversar que o pessoal vai te ajudar. A minha família fez muita falta quando estive na Fundação Casa. Depois que eu fui preso tiveram uns vizinhos que viraram a cara para mim. Meu pai me defendeu. Que nem minha tia, ela ia em casa. Depois disso, ela não vai mais. Quando me vê na rua não me dá um tchau. É minha tia! Fico constrangido. Meu tio e ela brigam por causa de mim. Ele fala: “porque você não gosta dele?” Ela fala: “acho que ele é muito bravo, muito agressivo.” (...) Estou tentado sair da malandragem. (...) Penso em progredir, arrumar um emprego, continuar na escola.” (Adolescente 3)*

A despeito dos problemas sociais e familiares relatados, a família aparece como estruturante para o Adolescente 3, como esteio, zona de garantia, de refúgio. Ao menos em parte, parece ser uma das motivações para planejar o futuro, para continuar estudando.

O mesmo parece não acontecer com o Adolescente 5, que fala da mãe como drogada, apanha do padrasto e tenta lidar com a ausência do pai. Em seu discurso, a família não parece estar relacionada a um campo de apoio, ao contrário, a família aparece como campo de pertencimento, mas, ao mesmo tempo, como sede de conflitos, ressentimentos e raiva. Além do período na Fundação Casa, tal adolescente morou em diversos abrigos e na rua. Atualmente, apesar de residir com sua mãe e seu padrasto, tem dificuldades em estabelecer diálogo e em conviver com eles:

*“Quando eu estava na barriga da minha mãe ela usava todo tipo de droga: cocaína, crack, lança, farinha, tudo! Certo dia, minha mãe estava na “brisa” (sic) dos comprimidos; o olho dela estava tão pequeno que eu nem vi a pupila. Só sei que eu joguei a faca nela e não pegou. (...) Nós estamos brigados até hoje, mas nós nos falamos de vez em quando. Quando a gente quer brigar, um já vai para cima do outro. Só na violência. É um ensinando a violência ao outro. E já tivemos muitas brigas. Já tentei matar minha mãe e meu padrasto. Mas não conseguí. (...) Tentei matá-lo porque não gosto dele.*

*Ele xinga minha mãe e bate nela. (...) Não quero saber de nada. Eu não faço investimento no futuro. Em vez de investir nisso, eu invisto nas drogas. E parar de usar é muito difícil. Se tento sair, se eu não quero usar, chega alguém e me dá.” (Adolescente 5)*

A família comparece como um “outro” sempre vital, nuclear, seja como dimensão estruturante, seja como o contrário. Isso pouco tem a ver com a situação econômica: o Adolescente 3 não pertence a uma família nuclear com boas condições financeiras, mas tem um lugar em que é aceito e protegido a ponto de se permitir idealizar um futuro. Já o Adolescente 5 não desfruta das mesmas condições, demonstra uma enorme dificuldade em vislumbrar outro tipo de relação com sua mãe, por isso parece naturalizá-la e, de certa forma, transportá-la para as outras relações, o que também parece influenciar em sua posição pessimista e fatalista em relação à vida e ao futuro.

Apesar da centralidade da família na constituição da subjetividade, ela não representa o único outro-institucional dos adolescentes. Não é porque o Adolescente 5 pertence a uma família com pouco a lhe oferecer (não somente em recursos financeiros) que está condenado a viver uma vida empobrecida de afeto e dignidade, mas é razoável supor que as barreiras subjetivas a serem superadas ganham complexidade e dificuldades não negligenciáveis em casos desse tipo.

Na Fundação Casa, instituição que se apresenta como uma possibilidade de cuidado, quanto às medidas socioeducativas em meio fechado, o relato dos adolescentes dá a ver a imagem de uma Instituição que os recusa como sujeitos de direito, desqualificando-os e silenciando-os pelo medo e/ou pela falta de escuta às suas questões e histórias. A desqualificação vai além da relação com os profissionais, ainda que, muitas vezes, eles possam ter atitudes opressoras. O Adolescente 4 conta que as profissionais queriam ajudá-lo, elogiando-o para o juiz. Ao fazê-lo, na intenção de ajudá-lo, os funcionários reproduzem a desqualificação, reafirmam o modelo que invalida o Adolescente 4 como sujeito e cidadão. Sem intenção, mantêm-no como incapaz de falar por si e de ser escutado pelo juiz de menores; o menino se sente rebaixado, como se fosse dependente da boa ação de alguém que esteja em posição superior a dele.

Contudo, não se pode reduzir esta relação desigual apenas à diáde interno-funcionário, pois os sinais da opressão estão também, por exemplo,

na arquitetura das unidades de internação, semelhante à das prisões, que mantém os adolescentes trancafiados e sob disciplina carcerária. É o mesmo Adolescente 4 quem diz: “*Se passar pelo professor e não falar ‘licença senhor’, ‘licença senhora’, era arriscado você tomar uns tapas. Eu só podia andar com a mão para trás, o tempo inteiro.*”

Apesar de significativas mudanças na transição da FEBEM para Fundação Casa, constata-se, na fala do Adolescente 4, que um regime disciplinar e isolacionista parece persistir, ainda que atenuado. Além disso, as imagens que a Instituição tem, frequentemente, devolvido aos adolescentes é a de criminosos, inadequados e indignos do convívio social<sup>26,27</sup>.

A intensificação da violência praticada por jovens corresponde a um dos efeitos de uma sociedade que produz e reproduz iniquidades e desigualdades várias. Por isso mesmo, de nada adianta tratar os adolescentes infratores por meios meramente disciplinares e repressivos, isso apenas reforçaria a desqualificação a partir da qual são tratados como corpos destituídos de valor e a vidas que poderiam ser descartadas. Não por acaso, a revolta e a transgressão aparecem para esses adolescentes como uma margem de liberdade, na qual se agrupam para existir ou subsistir, para resistir à opressão e para ganharem visibilidade e voz.

Por sua vez, a escola deveria ser um espaço para a pluralidade, segundo a Declaração de Salamanca<sup>28</sup>. O ambiente escolar deve acolher a todos, independente de suas condições físicas, emocionais, linguísticas e *sociais*. Logo, a escola seria fundamental no processo das medidas socioeducativas, a fim de afastar, inclusive, os estereótipos de marginais, delinquentes e criminosos atribuídos a esses adolescentes.

Contudo, é sabido que a educação no Brasil passou e passa por dificuldades de várias ordens, inclusive para lidar com as diferenças e a diversidade social.

Nos depoimentos, alguns adolescentes relataram experiências positivas *na* e *com* a escola, enfatizaram a acolhida de professores e da direção, e destacam o diálogo como um meio utilizado pela escola para acolhê-los.

Nos depoimentos, *os adolescentes 3 e 4* apresentaram experiências positivas em relação à escola, enfatizam a acolhida de professores e da direção, e destacam o diálogo como um meio utilizado pela escola para acolhê-los. Essa conduta

fez com que suas opiniões a respeito da escola fossem positivas e marcassem forte discrepância em relação à Fundação CASA, como segue:

Na escola é melhor do que na Fundação CASA. É outra coisa: os professores e os inspetores conversam. (Adolescente 3)

A escola é legal, né? (...) É por causa do modo que os professores têm para falar com a gente, explicar a lição. Os professores são bem atenciosos. Eu sento perto do professor. (Adolescente 4)

Todavia, quando essa interação acontece de forma negativa, a escola se assemelha às experiências narradas sobre a Fundação Casa, por corroborar a exclusão e a desqualificação desses jovens.

Destacamos agora o campo da Saúde, com ênfase em uma experiência com a Fonoaudiologia. Alguns dos adolescentes deste estudo parecem recusar o lugar de “doente”, um deles convoca a Fonoaudiologia a atender sua demanda: “só quero que você ajude a gente a se comunicar mais com as pessoas” (Adolescente 4). Ele quer apoio para comunicar-se melhor, embora não possua alterações ou transtornos de linguagem.

Para entender o caráter dessa demanda à Fonoaudiologia, é útil retomar a dimensão de linguagem apresentada anteriormente. O que se adotou aqui é o estudo da linguagem como produção discursivamente orientada. Sendo assim, a escuta clínica do fonoaudiólogo não deve ficar restrita ao plano das regularidades da língua, precisa contemplar as condições de comunicação/de produção de sentido dos sujeitos. A demanda do Adolescente 4 não tem a ver com seguir ou não padrões convencionais da língua, encontra-se no plano enunciativo/discursivo, no qual o sujeito, enquanto tal, expressa-se: seu pedido à fonoaudióloga anuncia barreiras existentes em suas relações interdiscursivas, é disso que ele está falando, é para enfrentar essa problemática que ele pede suporte fonoaudiológico.

Sendo assim, para analisar os enunciados de um determinado grupo é necessário compreender as condições em que foram produzidos e quem são os enunciadoreis, ou seja, as singularidades dos sujeitos, suas condições de saúde (física e psíquica), suas histórias e experiências, sempre únicas.

Os adolescentes da pesquisa demonstram transitar no plano da linguagem com desenvoltura, ainda assim há necessidade de escuta às tramas pessoais e sociais que acabam por gerar dificuldades



escolares, profissionais e de comunicação interpessoal. Sendo assim, no contexto em que vivem, nos usos que fazem da linguagem, não significa apenas ampliar as possibilidades de interlocução, significa sobreviver. Fortalecê-los discursivamente parece uma boa indicação para orientar os cuidados que eles demandam à Fonoaudiologia.

Pensar que as eventuais dificuldades de comunicação desses adolescentes iniciam-se com os atos infracionais é reduzir a situação à relação do adolescente com o crime quando, em verdade, o problema é anterior, o “buraco é mais embaixo”, o silenciamento desses adolescentes não se dá, apenas ou principalmente, por serem autores de atos infracionais e sim por sua extração de classe, do nosso ponto de vista. Os atos infracionais funcionam como uma espécie de argumento confirmatório de valores e expectativas das classes sociais privilegiadas, para as quais os atos infracionais e/ou criminosos de certos segmentos e classes sociais seriam, supostamente, “provas” de sua índole e caráter, e não produção iníqua e socialmente determinada.

Se os profissionais e as políticas de saúde, aí naturalmente incluída a Fonoaudiologia, não compreenderem tal estrutura e não se dispuserem a agir sobre ela em seus contextos, respectivamente, de atuação profissional e de formulação das políticas de saúde, pouco se poderá avançar nos cuidados a esses segmentos populacionais.

É necessário e urgente assumir que nem tudo é doença ou transtorno, nem características estritamente orgânicas e individuais. Mais do que isso, é preciso compreender o fato de que, mesmo na presença efetiva de doenças ou transtornos, a carga social que os constitui e/ou mantém é, em geral, muitíssimo forte. Não é possível desengajar uma dimensão da outra, sob o risco de produzir ações de saúde pouco eficazes e quase nada resolutivas.

## Conclusão

As observações e conversas com os adolescentes sob medidas socioeducativas e com profissionais do CEDECA-Madalená sugerem, por um lado, um cenário complexo e desolador em termos de apoio adequado e suficiente da sociedade e do Estado para a inclusão cidadã desses jovens à sociedade: toda uma estrutura de valores, normas e cultura impõem barreiras ao cuidados previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>29</sup>. Não

há mesmo receita pronta, nem possibilidade de resolver esse tipo de mazela social do dia para noite.

Todavia, ao nível das ações concretas, por dentro das instituições responsáveis por esses adolescentes, cada profissional e gestor podem fazer alguma diferença, desnaturalizando a situação de rechaço e silenciamento que ainda domina a cultura e a lógica institucional nesse campo, abrindo espaços de acolhimento e elaboração pessoal e social a esses jovens.

Muito modestamente, a pesquisa que deu origem a este artigo formulou a hipótese de que não há relação necessária entre transtornos de comunicação e o cometimento de atos infracionais pelos adolescentes que participaram do estudo.

Hipótese que foi confirmada: verificou-se que as variações dialetais, as gírias, a metalinguagem que usam em certos círculos sociais sequer configuram transtornos de linguagem ou comunicação, embora possam dificultar a integração, o rendimento escolar e a inserção profissional, uma vez que, por um lado, se chocam com as convenções linguísticas ensinadas e valorizadas pela escola e pelo mercado e, por outro lado, geram estranhamento e preconceito, por trazerem ao ambiente escolar e profissional certas problemáticas, expressas por comportamentos, atitudes e enunciados que a sociedade rechaça ou prefere não entrar em contato, evitando reconhecer-se como produtora e corresponsável pela situação desse segmento social.

Por fim, certamente esse é um desafio e tanto, mas a pungência da experiência vivida durante a pesquisa indica que é preciso começar a instigar a Fonoaudiologia a percebê-lo para, quem sabe, criar condições que permitam ajudar a enfrentá-lo.

## Referências

1. Soares LE, Bill MV, Athayde C. Cabeça de porco. Rio de Janeiro: Objetiva; 2005.
2. Zaine I, Reis M de JD dos, Padovani R da C. Comportamentos de bullying e conflito com a lei. *Estud Psicol* [Internet]. 2010 Sep [cited 2017 Aug 28]; 27(3): 375–82. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X201000300009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X201000300009&lng=pt&tlng=pt)
3. Martins MC, Pillon SC. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2008 May [cited 2017 Aug 28]; 24(5):1112–20. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X200800500018&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X200800500018&lng=pt&tlng=pt)

4. Sena CA de, Colares V. Comportamentos de risco para a saúde entre adolescentes em conflito com a lei. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2008 Oct [cited 2017 Aug 28]; 24(10): 2314–22. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2008001000012&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001000012&lng=pt&tlng=pt)
5. Costa IER da, Ludermir AB, Avelar I. Violência contra adolescentes: diferenciais segundo estratos de condição de vida e sexo. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2007 Oct [cited 2017 Aug 28]; 12(5): 1193–200. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000500016&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500016&lng=pt&tlng=pt)
6. Asquidamini F, Barbiani R, Sugizaki E. Adolescentes em Medida Socioeducativa: Violência ou Violação de Direitos? Revisão de Literatura. *Rev Subjetividades*. 2015; 15(1): 113–23.
7. Bakhtin M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8a edição. São Paulo: Hucitec; 1997.
8. Destro CMA, Souza LA de P. Linguagem oral e escrita em adolescentes infratores institucionalizados. *Rev CEFAC* [Internet]. 2012 Dec; 14(6): 1020–7. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-18462012000600002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462012000600002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
9. Locke A, Ginsborg J, Peers I. Development and disadvantage: implications for the early years and beyond. *Int J Lang Commun Disord*. 2002; 37(1): 3–15.
10. Bryan K. Preliminary study of the prevalence of speech and language difficulties in young offenders. *Int J Lang Commun Disord*. 2004; 39(3): 391–400.
11. Vicentini MCG, Gramkow G, Rosa MD. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciais. *J Hum Growth Dev* v 20, n 1 [Internet]. 2010; Available from: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19944/22024>
12. Mallart F. Salve geral: áreas urbanas, instituições prisionais e unidades de internação da Fundação CASA em comunicação.
13. Rui T. Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia.” *Rev Bras Segurança Pública*. 2012; 6(2): 336–51.
14. Feltran G de S. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nov Rev Cult e Política* [Internet]. 2010 [cited 2017 Aug 30]; (79): 201–33. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452010000100009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100009&lng=pt&tlng=pt)
15. Scisleski ACC, Maraschin C, Silva RN Da. Manicômio em circuito: os percursos dos jovens e a internação psiquiátrica. *Cad Saude Publica*. 2008; 24(2): 342–52.
16. Conrad P. *The medicalization of society On the transformation of human conditions in to treatable disorders*. Baltimore: Johns Hopkins University Press; 2007. 220 p.
17. Alencar IBG. Linguagem de adolescentes sob medidas socioeducativas em meio aberto: uma abordagem fonoaudiológica [Internet]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo; 2016. Available from: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19711>
18. Ikuma DM, Kodato S, Sanches NA. Significados de atos infracionais praticados por adolescentes em conflito com a lei. Vol. 12, *Revista de Psicologia da UNESP*. *scieloepsic*; 2013. p. 51–63.
19. Takeiti BA, Vicentini MCG. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). *Saúde e Soc* [Internet]. 2015 Sep;24(3):945–63. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902015000300945&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000300945&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
20. Magro VM de M. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o hip hop. *Cad CEDES* [Internet]. 2002 Aug [cited 2017 Aug 29];22(57):63–75. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622002000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000200005&lng=pt&tlng=pt)
21. Possenti S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Mercado de Letras; 1996.
22. Franchi C. Linguagem-atividade constitutiva. *Rev do GEL*. 2002;37–74.
23. Bagno M. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. Parábola; 2003.
24. Murray J, Anselmi L, Gallo EAG, Fleitlich-Bilyk B, Bordin IA. Epidemiology of childhood conduct problems in Brazil: systematic review and meta-analysis. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol* [Internet]. 2013 Oct 5; 48(10): 1527–38. Available from: <http://link.springer.com/10.1007/s00127-013-0695-x>
25. Pacheco JTB, Hutz CS. Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicol Teor e Pesqui* [Internet]. 2009 Jun; 25(2): 213–9. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722009000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
26. Costa Gomes C, Gandolfo Conceição MI. Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicol em Estud*. 2014; 19(1).
27. Vicentini MCG. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. Editora Hucitec; 2005.
28. UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. In: *Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. 1994. p. 49.
29. Brasil. *Estatuto da criança e do adolescente* [Internet]. Edições Câmara. 2012. 207 p. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)